



Prefeitura de Amapá - AP
Professor (a) de Educação Infantil e Ensino Fundamental I

LÍNGUA PORTUGUESA

Ortografia Oficial; Emprego de letras. Alfabeto	1
Interpretação e Compreensão de texto	8
Acentuação Gráfica	9
Divisão silábica; Sílaba; Encontros vocálicos e consonantais; Tonicidade	12
Pontuação	14
Classes e emprego de palavras; Morfologia	18
Vozes do Verbo; Emprego de tempo e modo verbais	30
Ortografia.....	32
Sinais de pontuação	32
Acentuação.....	32
Sinônimo/antônimo.....	33
Sujeito e predicado; Sintaxe do período simples	34
Questões	42
Gabarito.....	52

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos históricos, culturais e geoeconômicos do Município de Amapá	1
Informações referentes a temas relacionados aos direitos da criança, à cidadania, geografia, história, meio ambiente e cultura e política. Acontecimentos de caráter social, econômico, político e cultural que foram destaque no Brasil e no mundo nos últimos 3 anos.....	10
Questões	179
Gabarito.....	183

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96: antecedentes históricos, limites e perspectivas.....	1
Gestão e financiamento da educação pública	33
Tendências e Concepções Pedagógicas.....	35

SUMÁRIO



Projeto Político Pedagógico.....	38
Políticas de valorização dos profissionais de educação no Brasil	40
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica	42
Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena: legislação, estrutura e organização.....	58
Ensino Fundamental: estrutura, organização e Diretrizes Curriculares	114
Educação Infantil: diretrizes políticas, desafios e implantação das Diretrizes Curriculares.....	150
Sistemas Nacionais de Avaliação da Educação.....	167
Questões	169
Gabarito.....	175

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Objetivos gerais do Ensino Fundamental.....	1
O Projeto Político-Pedagógico e os compromissos com a cidadania construída na diversidade: a educação das relações étnico-raciais, as histórias e as culturas afro-brasileira e indígenas, os portadores de necessidades especiais, o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	2
Inclusão da diversidade nos diferentes componentes curriculares	3
Interrelações do currículo formal com o currículo em ação e o currículo oculto	5
Uso de outros espaços escolares como ambientes de aprendizagem	7
Planejamento, organização e estratégias de ensino-aprendizagem.....	9
Práticas de linguagem oral e escrita	11
diferentes processos de alfabetização e letramento	14
uso de gêneros e suportes textuais.....	16
Papel da Literatura Infantil.....	18
Conteúdos e práticas de Matemática	20
Habilidades de Língua Portuguesa e de Matemática esperadas ao término dos Anos Iniciais.....	23
Conteúdos e práticas de História, Geografia e Ciências, Música e Arte	25
Conteúdos de vida cidadã/ temas transversais.....	28
Papel dos jogos e brincadeiras	30
O que, por que, como, com que avaliar o aluno dos Anos Iniciais.....	32
Relações do 1º ano do Ensino Fundamental com a classe final de Educação Infantil ..	35
Questões	37
Gabarito.....	41

SUMÁRIO



Língua Portuguesa

A ortografia oficial prescreve a maneira correta de escrever as palavras, baseada nos padrões cultos do idioma. Procure sempre usar um bom dicionário e ler muito para melhorar sua escrita.

Alfabeto

O alfabeto passou a ser formado por 26 letras: A – B – C – D – E – F – G – H – I – J – K – L – M – N – O – P – Q – R – S – T – U – V – W – X – Y – Z.. As letras “k”, “w” e “y” não eram consideradas integrantes do alfabeto (agora são). Essas letras são usadas em unidades de medida, nomes próprios, palavras estrangeiras e outras palavras em geral. Exemplos: km, kg, watt, playground, William, Kafka, kafkiano.

Vogais: a, e, i, o, u, y, w.

Consoantes: b, c, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, q, r, s, t, v, w, x, z.

Alfabeto: a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y, z.

Observações:

A letra “Y” possui o mesmo som que a letra “I”, portanto, ela é classificada como vogal.

A letra “K” possui o mesmo som que o “C” e o “QU” nas palavras, assim, é considerada consoante. Exemplo: Kuait / Kiwi.

Já a letra “W” pode ser considerada vogal ou consoante, dependendo da palavra em questão, veja os exemplos:

No nome próprio Wagner o “W” possui o som de “V”, logo, é classificado como consoante.

Já no vocábulo “web” o “W” possui o som de “U”, classificando-se, portanto, como vogal.

Emprego da letra H

Esta letra, em início ou fim de palavras, não tem valor fonético; conservou-se apenas como símbolo, por força da etimologia e da tradição escrita. Grafa-se, por exemplo, **hoje**, porque esta palavra vem do latim *hodie*.

Emprega-se o H:

- Inicial, quando etimológico: hábito, hélice, herói, hérnia, hesitar, haurir, etc.
- Medial, como integrante dos dígrafos ch, lh e nh: chave, boliche, telha, flecha, companhia, etc.
- Final e inicial, em certas interjeições: ah!, ih!, hem?, hum!, etc.
- Algumas palavras iniciadas com a letra H: hálito, harmonia, hangar, hábil, hemorragia, hemisfério, heliporto, hematoma, hífen, hilaridade, hipocondria, hipótese, hipocrisia, homenagear, hera, húmus;
- Sem h, porém, os derivados baianos, baianinha, baião, baianada, etc.

Não se usa H:

- No início de alguns vocábulos em que o **h**, embora etimológico, foi eliminado por se tratar de palavras que entraram na língua por via popular, como é o caso de erva, inverno, e Espanha, respectivamente do latim, herba, hibernus e Hispania. Os derivados eruditos, entretanto, grafam-se com **h**: herbívoro, herbicida, hispânico, hibernal, hibernar, etc.



Etimologia

A palavra amapá é de origem indígena e vem da nação Nuaruaque, que habitava a região Norte do Brasil, na época do descobrimento. Significa, segundo Antonio Lopes (Topônimos Tupis, in Revista de Geografia e História, nº 2, São Luís, Sioge-Ma, 1947), “Lugar da Chuva”. AMA (Chuva) + PA ou PABA (Lugar, estância, morada). Uma planta, de nome Hancornia Amapa, recebeu esse nome em homenagem ao lugar.

O nome do Município de Amapá, assim como o do Estado do Amapá, originou-se de uma espécie de árvore brasileira, ou amazônica, chamada amapazeiro, que possui um tronco volumoso, um metro de diâmetro na base, casca espessa, por onde escorre um abundante leite branco: o leite de Amapá. Seus frutos, em formato de maçã, são bastante saborosos, entretanto, é na farmacopéia que o leite do Amapá tem maior aproveitabilidade. É utilizado para combater diversos males, dentre os quais a tuberculose e problemas gastrintestinais. Antigamente era exportado, embora em pequenas quantidades, até mesmo para o sul do país.

Nomes do Município

O município de Amapá, que fora capital do Território Federal do Amapá, foi criado pela lei nº 798 de 22 de outubro de 1901. De 1901 a 1903, é denominado de Montenegro. De 1903 a 1938 volta a receber a denominação de Amapá. Em 1938 recebe a denominação de Veiga Cabral. A partir de 1939 volta a ganhar a nomenclatura inicial de Amapá.

História

A história deste município é farta em acontecimentos ligados à conquista de terras, cujos reflexos afetavam o povo da fronteira do extremo norte. Os conflitos acentuaram-se ainda mais a partir de 1894, quando da descoberta de ouro em Calçoene. Este fato motivou ainda mais a presença de europeus e norte-americanos que se instalavam às cabeceiras do rio. Esses estrangeiros, principalmente caieneses passaram a dominar a região, agindo como verdadeiros senhores, perseguindo índios e escravizando mulheres.

Por outro lado, a instalação da zona de garimpo teve como consequência a desordem e o descontrole geral na área.

Não se pode esquecer que essa região ao Norte do Amapá foi contestada pelos franceses. Como consequência foi assinado o tratado provisional de 04/03/1700. Este tratado declarava neutra aquela área. Em 11 de abril de 1713, foi assinado o Tratado de Utrecht, que estabeleceu como fronteira o rio Oiapoque. Porém os franceses continuavam invadindo a área, principalmente por causa da descoberta de ouro. Sentiam-se e agiam como proprietários exclusivos da área, proibindo o acesso dos brasileiros à região das minas. Os brasileiros, em represália, mobilizaram-se para acabar com a audácia do governo francês no contestado, cujo representante era Eugênio Voissien. Em dezembro de 1894 foi criada, na vila do Amapá, uma junta governativa denominada Triunvirato, a qual era constituída por Francisco Xavier da Veiga Cabral, Cônego Domingos Maltez e Desidério Antonio Coelho. A junta recebeu a missão de elaborar e aplicar leis que envolvessem todos os assuntos de ordem econômica e social da região.

Os franceses não ficaram inertes. Numa demonstração de prepotência, nomeiam para governar Cunani um ex-escravo (Trajano), como forma de neutralizar a reação brasileira.

Trajano como governador, passa a desrespeitar as decisões do Triunvirato, perseguindo os mineiros brasileiros. Cabralzinho, autoridade máxima do Triunvirato determina a prisão de Trajano, impondo-lhe severos castigos físicos. Imediatamente, o governador de Caiena M. Charveim, ordena a uma expedição militar para libertar Trajano, que se encontrava preso na sede da administração (vila de Amapá).

No comando da expedição estava o capitão Lunier, acompanhado de 130 soldados, com destino à vila do Espírito Santo do Amapá para libertar o negro, prender Cabralzinho e conduzi-lo à Caiena. À época, a vila do Espírito Santo era o centro mais importante.



LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)



Conhecimentos Específicos

O Ensino Fundamental constitui uma das etapas mais importantes do sistema educacional brasileiro, sendo responsável por promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Regulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, especialmente em seu artigo 32, o Ensino Fundamental busca garantir uma formação básica comum, preparando os alunos para os desafios das próximas etapas escolares e da vida em sociedade. Essa fase abrange um ciclo de nove anos, iniciando aos seis anos de idade, conforme a obrigatoriedade estabelecida pela legislação. O foco está na formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, com uma sólida base de conhecimentos e valores éticos.

Desenvolvimento Intelectual

Um dos pilares do Ensino Fundamental é o estímulo ao desenvolvimento intelectual, essencial para a formação do raciocínio lógico, crítico e criativo. Nessa fase, a escola tem a responsabilidade de alfabetizar e letrar, garantindo que os alunos adquiram as competências fundamentais de leitura, escrita e cálculo. Esses aprendizados iniciais criam a base para o aprofundamento em diversas áreas do conhecimento, como ciências, história, geografia, matemática, artes e educação física.

Além disso, o Ensino Fundamental promove a construção de um pensamento estruturado e a capacidade de resolver problemas. Por meio de atividades pedagógicas que estimulam a curiosidade e a investigação, os alunos são incentivados a desenvolver uma compreensão científica e cultural do mundo ao seu redor. Essa etapa visa também formar estudantes que valorizem o aprendizado contínuo, fortalecendo o gosto pela leitura, o uso de tecnologias para pesquisa e a aplicação prática do conhecimento adquirido.

Formação de Valores Éticos e Sociais

O Ensino Fundamental desempenha um papel crucial na formação ética e social do aluno. Mais do que transmitir conteúdos acadêmicos, a escola tem o dever de preparar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de conviver em harmonia com as diferenças e respeitar as regras de convivência em sociedade.

A valorização dos direitos humanos, a promoção de uma cultura de paz e o respeito às diversidades culturais, religiosas e étnicas são objetivos centrais dessa etapa. A escola deve atuar como um espaço de convivência democrática, em que os alunos aprendam a respeitar opiniões diferentes, a trabalhar em equipe e a resolver conflitos de forma pacífica. Esse aprendizado é essencial para que os estudantes compreendam e pratiquem os valores de justiça, solidariedade e igualdade, fundamentais para a construção de uma sociedade mais ética e inclusiva.

Educação para a Autonomia e a Criação

A autonomia intelectual e o pensamento criativo são objetivos prioritários do Ensino Fundamental. Durante essa etapa, os alunos devem ser estimulados a desenvolver a capacidade de tomar decisões, resolver problemas e criar soluções inovadoras. A escola tem a função de proporcionar um ambiente favorável ao pensamento crítico, onde os alunos possam questionar, refletir e formar suas próprias opiniões com base em argumentos sólidos e informações confiáveis.

A criatividade também ocupa um lugar de destaque nessa formação. Por meio de atividades artísticas, culturais e tecnológicas, os alunos são incentivados a expressar suas ideias e explorar diferentes formas de comunicação e expressão. Essa abordagem contribui para a formação de indivíduos mais confiantes, capazes de enfrentar desafios e propor soluções originais em diversos contextos.